RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.187.891 AMAPÁ

RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
RECTE.(S)	: MANOEL DA SILVA MENDES
ADV.(A/S)	: FERNANDO JORGE ARAUJO DOS SANTOS
RECDO.(A/S)	: UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO: O presente recurso extraordinário **foi interposto** contra acórdão que, **proferido** pela Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Pará e do Amapá, **está assim ementado**:

> "*SERVIDOR PÚBLICO. AUXÍLIO-MORADIA. POLICIAL MILITAR. EX-TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ. MAJORAÇÃO. DECRETOS EMITIDOS PELO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. DESCABIMENTO. PREVISÃO LEGAL. RECURSO DESPROVIDO.*
>
> *1. Insurge-se a parte autora em face de sentença que julgou improcedente o pedido de reajuste da parcela percebida a título de auxílio-moradia, cuja base legal reside na Lei nº 10.486/2002.*
>
> *2. A Lei nº 10.486/2002, em seu art. 2º, prevê os direitos pecuniários em acréscimo à remuneração a que têm direito os policiais militares do Distrito Federal. É certo que tais vantagens estendem-se aos policiais do ex-território do Amapá, conforme previsto no art. 65 da referida lei, corroborado pelo art. 31 da EC nº 19/1998, alterada pela EC. Nº 79/20141.*
>
> *3. Entretanto, no caso do auxílio-moradia, previsto no art. 2º, I, 'f', seus valores foram especificados na tabela III do anexo IV (art. 3º, XIV da Lei nº 10.486/2002), sendo incabível sua majoração aos policiais militares do ex-território Federal do Amapá através de Decreto do Governo do Distrito Federal.*
>
> *4. Destarte, para majoração do auxílio-moradia recebido pelos policiais militares do Amapá, necessária a produção de lei em sentido formal, eis que os valores foram fixados na própria lei nº 10.486/2002 em seu anexo IV.*
>
> *5. Por fim, o pedido formulado pela parte autora, em setembro/2016, requerendo a suspensão do feito por conta do*

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código FDB3-90C6-AEB7-9A0F e senha C227-FA5A-33A0-BAB7

ajuizamento de ação coletiva junto à 14ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal (processo nº 28328-66.2014.4.01.3400), merece ser indeferido. Destaque-se que não se aplica à hipótese o art. 104 do CDC, o qual somente teria lugar se a ação individual tivesse sido ajuizada anteriormente à ação coletiva. Na hipótese dos autos, a ação individual foi ajuizada muitos meses depois da ação coletiva (esta em 04/2014).

6. Ainda que se admitisse que a parte autora somente teve conhecimento da ação coletiva após o ajuizamento da presente ação e, portanto, se admitisse uma interpretação abrangente do art. 104 do CDC, não haveria possibilidade de deferimento do pedido de suspensão. Senão vejamos: a sentença de procedência prolatada na ação coletiva foi publicada no EDJF em 29/01/2016. Ora, se a publicação da sentença no diário eletrônico equivale à ciência, e admitindo-se que somente a partir desse momento a parte autora tomou conhecimento do ajuizamento da ação coletiva, caberia a ela requerer a suspensão do presente feito até o dia 1º/03/2016 (30 dias após a prolação da sentença), todavia, quedou-se inerte neste sentido. O pedido de suspensão veiculado somente após julgamento deste Colegiado faz presumir a litigância de má-fé da parte autora.

7. Recurso desprovido. Recorrente vencido condenado ao pagamento dos honorários advocatícios, fixados em R$-200,00 (duzentos reais), conforme disposto no art. 20, Parágrafo 4º do CPC de 1973 – vigente à época do ajuizamento da demanda e aplicável à condenação de honorários advocatícios – nos termos de entendimento fixado pelo Superior Tribunal de Justiça (Resp 1.111.157/PB e Resp 532.853/SC)."

A parte ora recorrente, **ao deduzir** o apelo extremo em questão, **sustentou** que o órgão judiciário de origem **teria transgredido** preceitos inscritos na Constituição da República.

Sendo esse o contexto, **passo a examinar** a postulação recursal em causa. **E**, *ao fazê-lo*, **observo** que o recurso extraordinário revela-se **insuscetível** de conhecimento.

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código FDB3-90C6-AEB7-9A0F e senha C227-FA5A-33A0-BAB7

É que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal *tem enfatizado*, a propósito da questão pertinente à *transgressão constitucional indireta*, que, *em regra*, **as alegações de desrespeito aos postulados** *da legalidade*, *da motivação* dos atos decisórios, *do contraditório*, *do devido processo legal*, *dos limites* da coisa julgada **e** *da prestação jurisdicional* **podem configurar**, *quando muito*, situações caracterizadoras *de ofensa meramente reflexa* ao texto da Constituição, *hipóteses em que também não se revelará admissível* o recurso extraordinário (**AI 165.054/SP**, Rel. Min. CELSO DE MELLO – **AI 174.473/MG**, Rel. Min. CELSO DE MELLO – **AI 182.811/SP**, Rel. Min. CELSO DE MELLO – **AI 188.762-AgR/PR**, Rel. Min. SYDNEY SANCHES – **AI 587.873-AgR/RS**, Rel. Min. EROS GRAU – **AI 610.626--AgR/RJ**, Rel. Min. CEZAR PELUSO – **AI 618.795-AgR/RS**, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA – **AI 687.304-AgR/PR**, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA – **AI 701.567-AgR/SP**, Rel. Min. DIAS TOFFOLI – **AI 748.884--AgR/SP**, Rel. Min. LUIZ FUX – **AI 832.987-AgR/DF**, Rel. Min. ELLEN GRACIE – **RE 236.333/DF**, Red. p/ o acórdão Min. NELSON JOBIM – **RE 599.512-AgR/SC**, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, *v.g.*).

Cabe assinalar, *ainda*, **a propósito da alegada violação** ao art. 5º, **inciso** LIV, da Constituição, **que a orientação jurisprudencial** emanada desta Suprema Corte, **firmada** na análise **desse** particular aspecto no qual se fundamenta o recurso extraordinário em causa, **tem salientado**, *considerado o princípio do devido processo legal* (**neste** compreendida a cláusula inerente à plenitude de defesa), *que a suposta ofensa* ao texto constitucional, **caso existente**, **apresentar-se-ia por via reflexa**, eis que a sua constatação reclamaria – *para que se configurasse* – a formulação de *juízo prévio de legalidade*, fundado na vulneração **e** infringência de dispositivos *de ordem meramente legal*.

Daí revelar-se inteiramente ajustável, *ao caso ora em exame*, **o entendimento jurisprudencial** desta Corte Suprema, **no sentido** de que "***O devido processo legal** – CF, art. 5º, LV – **exerce-se de conformidade com a***

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código FDB3-90C6-AEB7-9A0F e senha C227-FA5A-33A0-BAB7

lei" (**AI 192.995-AgR/PE**, Rel. Min. CARLOS VELLOSO – **grifei**), **razão pela qual** a alegação de desrespeito à cláusula do devido processo legal, **por traduzir** transgressão "*indireta, reflexa, dado que a ofensa direta seria **a normas processuais***" (**AI 215.885-AgR/SP**, Rel. Min. MOREIRA ALVES – **AI 414.167/RS**, Rel. Min. CEZAR PELUSO – **RE 257.533-AgR/RS**, Rel. Min. CARLOS VELLOSO), **não autoriza o acesso à via recursal extraordinária**:

> "'***DUE PROCESS OF LAW*' E PRINCÍPIO DA LEGALIDADE**.
>
> – *A garantia do **devido processo legal** exerce-se **em conformidade com o que dispõe a lei**, de tal modo que **eventual** desvio do ato decisório configurará, **quando muito**, situação tipificadora de conflito **de mera legalidade**, apto a **desautorizar** a utilização do recurso extraordinário. **Precedentes**.*"
>
> (**RTJ 189/336-337**, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

> "***– Alegação de ofensa ao devido processo legal**: C.F., art. 5º, LV: **se** ofensa tivesse havido, **seria** ela indireta, reflexa, **dado** que a ofensa direta **seria a normas processuais**. E a ofensa a preceito constitucional que autoriza a admissão do recurso extraordinário é a ofensa direta, frontal.*"
>
> (**AI 427.186-AgR/DF**, Rel. Min. CARLOS VELLOSO – **grifei**)

> "***Inviável o processamento do extraordinário** para debater matéria infraconstitucional, **sob o argumento** de violação ao disposto **nos incisos LIV e LV** do artigo 5º da Constituição.*
>
> *Agravo regimental **improvido**.*"
>
> (**AI 447.774-AgR/CE**, Rel. Min. ELLEN GRACIE – **grifei**)

Nem se alegue, *neste ponto*, **que a suposta transgressão** ao ordenamento legal – **derivada da interpretação** que lhe deu o órgão judiciário de origem – **teria importado** em desrespeito **ao princípio constitucional da legalidade**.

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código FDB3-90C6-AEB7-9A0F e senha C227-FA5A-33A0-BAB7

Não se pode desconsiderar, **quanto** a tal postulado, **a orientação** firmada pelo Supremo Tribunal Federal, **cuja jurisprudência** vem proclamando, *a propósito desse tema*, que o procedimento hermenêutico do Tribunal inferior – **quando examina** o quadro normativo positivado pelo Estado **e dele extrai** a **interpretação** dos diversos diplomas legais que o compõem, para, **em razão** da inteligência e do sentido exegético que lhes der, obter os elementos necessários à exata composição da lide – **não transgride**, *diretamente*, o princípio da legalidade (**AI 161.396-AgR/SP**, Rel. Min. CELSO DE MELLO – **AI 192.995-AgR/PE**, Rel. Min. CARLOS VELLOSO – **AI 307.711/PA**, Rel. Min. CELSO DE MELLO).

É por essa razão – *ausência* de conflito *imediato* com o texto da Constituição – **que a jurisprudência** desta Corte vem **enfatizando** que *"**A boa ou má interpretação** de norma infraconstitucional **não enseja** o recurso extraordinário, **sob color** de ofensa ao princípio da legalidade (**CF**, art. 5º, II)"* (**RTJ 144/962**, Rel. Min. CARLOS VELLOSO – **grifei**):

> *"**A alegação de ofensa ao princípio da legalidade**, inscrito no art. 5º, II, da Constituição da República, **não autoriza**, só por si, o acesso à via recursal extraordinária, **pelo fato** de tal alegação **tornar indispensável**, para efeito de sua constatação, o exame **prévio** do ordenamento positivo **de caráter infraconstitucional**, dando ensejo, em tal situação, à possibilidade de reconhecimento de hipótese de mera **transgressão indireta** ao texto da Carta Política. **Precedentes**."*
>
> (**RTJ 189/336-337**, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

> *"**E é pacífica** a jurisprudência do S.T.F., **no sentido de não admitir**, em R.E., **alegação** de ofensa indireta à Constituição Federal, **por má interpretação** de normas infraconstitucionais, **como as trabalhistas e processuais** (...)."*
>
> (**AI 153.310-AgR/RS**, Rel. Min. SYDNEY SANCHES – **grifei**)

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código FDB3-90C6-AEB7-9A0F e senha C227-FA5A-33A0-BAB7

Não foi por outro motivo que o eminente Ministro MOREIRA ALVES, Relator, **ao apreciar** o tema pertinente ao postulado da legalidade, **em conexão** com o emprego do recurso extraordinário, **assim se pronunciou**:

> *"**A alegação de ofensa ao artigo 5º, II**, da Constituição, **por implicar o exame prévio da legislação infraconstitucional**, é alegação de infringência **indireta** ou **reflexa** à Carta Magna, **não dando margem**, assim, ao cabimento do recurso extraordinário."*
> (**AI 339.607/MG**, Rel. Min. MOREIRA ALVES – **grifei**)

Cumpre acentuar, *por relevante*, que essa orientação *acha-se presentemente sumulada* por esta Corte, *como resulta claro da Súmula 636* do Supremo Tribunal Federal, **cuja formulação** possui o seguinte conteúdo:

> "***Não cabe** recurso extraordinário **por contrariedade** ao princípio constitucional **da legalidade**, quando a sua verificação pressuponha rever a interpretação dada a normas infraconstitucionais pela decisão recorrida.*" (**grifei**)

Desse modo, *considerados* os aspectos que venho de referir, **o fato** é que a postulação recursal, *no ponto*, **encontra obstáculo** de ordem técnica na jurisprudência **firmada** pelo Supremo Tribunal Federal, **consoante resulta claro** de decisão, que, **emanada** desta Corte, **reflete**, *com absoluta fidelidade*, **o entendimento jurisprudencial** *prevalecente* no âmbito do Tribunal:

> "***Inviável o processamento do extraordinário** para debater matéria infraconstitucional, **sob o argumento** de violação **ao disposto nos artigos 5º, II**, XXXV, XXXVI, **LIV** e LV e 93, IX **da Constituição**.*
> *Agravo regimental **improvido**."*
> (**AI 437.201-AgR/SP**, Rel. Min. ELLEN GRACIE – **grifei**)

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código FDB3-90C6-AEB7-9A0F e senha C227-FA5A-33A0-BAB7

Impõe-se observar, *ainda*, quanto às demais alegações, que a suposta ofensa ao texto constitucional, **caso existente**, *apresentar-se-ia por via reflexa*, **eis que** a sua constatação reclamaria – **para que se configurasse** – a formulação de juízo prévio de legalidade **fundado** na vulneração e infringência de dispositivos de ordem meramente legal. **Não se tratando** de conflito direto e frontal com o texto da Constituição, **como exigido** pela jurisprudência da Corte (**RTJ 120/912**, Rel. Min. SYDNEY SANCHES – **RTJ 132/455**, Rel. Min. CELSO DE MELLO), **torna-se inviável** o trânsito do recurso extraordinário.

Com efeito, o acórdão impugnado em sede recursal extraordinária, **ao decidir** a controvérsia jurídica objeto deste processo, **dirimiu** a questão **com fundamento** *em legislação infraconstitucional* (Lei nº 10.486/2002), **circunstância esta** *que obsta o próprio conhecimento do apelo extremo*.

Cabe assinalar, *por necessário*, **que o entendimento** exposto na **presente** decisão **tem sido observado** em julgamentos proferidos no âmbito desta Suprema Corte (**RE 1.074.365/AP**, Rel. Min. LUIZ FUX – **RE 1.074.369/AP**, Rel. Min. GILMAR MENDES – **RE 1.074.376/AP**, Rel. Min. ALEXANDRE DE MORAES – **RE 1.074.575/AP**, Rel. Min. ROBERTO BARROSO – **RE 1.134.807/AP**, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, *v.g.*):

> *"Agravo regimental em agravo de instrumento. 2. Agravo de instrumento manifestamente improcedente: recurso extraordinário que apenas discute a interpretação e a aplicação das leis 3.765/60 e 10.486/2002. 3. Ofensa reflexa: impossibilidade de análise de legislação infraconstitucional pelo STF. 4. Agravo regimental a que se nega provimento."*
>
> (**AI 754.286-AgR/DF**, Rel. Min. GILMAR MENDES)

Sendo assim, *e tendo em consideração as razões expostas*, **não conheço** do recurso extraordinário, por manifestamente inadmissível (**CPC**, art. 932, III).

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código FDB3-90C6-AEB7-9A0F e senha C227-FA5A-33A0-BAB7

Majoro, *ainda*, **em 10%** (dez por cento), **nos termos** do art. 85, **§ 11**, do CPC, **a verba honorária** *anteriormente arbitrada nestes autos*, **observados** os limites estabelecidos **nos §§ 2º e 3º** desse mesmo art. 85 **do referido** estatuto processual civil **e considerada a orientação** *que culminou por prevalecer* no **Plenário** desta Suprema Corte no julgamento da **AO 2.063-AgR/CE**, Red. p/ o acórdão Min. LUIZ FUX.

Se a parte vencida, *eventualmente*, **for beneficiária** da gratuidade, **não se exonerará ela**, *em virtude de tal condição*, **da responsabilidade** pelas despesas processuais **e** pela verba honorária **decorrentes** de sua sucumbência (**CPC**, art. 98, § 2º), **ressalvando-se-lhe**, *no entanto*, **quanto a tais encargos financeiros**, a aplicabilidade do que se contém **no § 3º** do art. 98 desse mesmo estatuto processual civil.

Publique-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código FDB3-90C6-AEB7-9A0F e senha C227-FA5A-33A0-BAB7